



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO N.º 13.369

Processo n.º: 201704015-00

Assunto: Consulta

Órgão: Câmara Municipal de Redenção do Pará

Interessado: Ver. Leonardo Pereira da Costa

Exercício: 2017

Relatora: Conselheira Mara Lúcia

Tribunal de Contas dos Municípios
Ato publicado no D.O.E nº 161,
de 25 / 08 / 17, pg. 38

Responsável

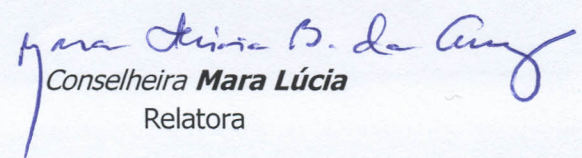
EMENTA: CONSULTA. CÂMARA MUNICIPAL DE REDENÇÃO DO PARÁ. CRIAÇÃO DE ESCOLAS DO LEGISLATIVO PREFERENCIALMENTE POR MEIO DE EDIÇÃO DE LEI ESPECÍFICA. IMPOSSIBILIDADE DE OFERTA DE CURSOS E TREINAMENTOS A POPULAÇÃO MUNICIPAL QUE NÃO SE VINCULEM ÀS AÇÕES E COMPETÊNCIAS DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL. VEDADA A REALIZAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO PARA REALIZAÇÃO DE CURSOS PROFISSIONALIZANTES DO ITEM ANTERIOR. POSSIBILIDADE DE REALIZAÇÃO DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE INEXIGIBILIDADE DESDE QUE OBSERVADOS OS DITAMES DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos que tratam de **CONSULTA**, formulada por autoridade competente, é respondida nos termos do **artigo 1º, inciso XVI, da LC n.º 109/2016 c/c §2º, do art. 300, do RITCM-PA**, acordam os **Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará**, por unanimidade, em **aprovar a resposta à consulta, com exceção ao que se refere a forma de criação da Escola, tendo, o Conselheiro Aloísio Chaves, votado pela via de criação através de Resolução**, nos termos da Ata da Sessão e do Relatório e Voto da Conselheira Relatora, às **fls. 100/115**, que passam a integrar esta decisão.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em **06 de julho de 2017**.


Conselheiro **Daniel Lavareda**

Presidente


Conselheira **Mara Lúcia**

Relatora

Presentes: Conselheiros Aloísio Chaves; Sérgio Leão, Conselheiros Substituto Sérgio Dantas, Alexandre Cunha, Daniel Lavareda; Mara Lúcia e Procuradora Maria Regina Cunha.



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO N.º 13.369

Processo n.º: 201704015-00

Assunto: Consulta

Órgão: Câmara Municipal de Redenção do Pará

Interessado: Leonardo Pereira da Costa

Instrução: Diretoria Jurídica

Relatora: Conselheira Mara Lúcia

Exercício: 2017

RELATÓRIO

LEONARDO PEREIRA DA COSTA, Vereador-Presidente da Câmara Municipal de Redenção do Pará, exercício de 2017, encaminhou **CONSULTA** (fls. 01/05), com amparo no **artigo 1º, inciso XVI, da LC n.º 084/2012**, onde expôs situação fática, em tese, relativa à possibilidade de criação de "Escola do Legislativo", vinculada à Câmara Municipal, consignando, em apertada síntese, a manifestação desta Corte de Contas, quanto as seguintes questões:

- a) É possível criar a Escola do Legislativo por meio de Resolução?*
- b) Se possível, a escola do legislativo poderá ter por objeto a criação de cursos voltados exclusivamente aos seus servidores efetivos e contratados, no âmbito interno de sua competência administrativa ou poderá também promover cursos e palestras perante a comunidade local;*
- c) A Escola do Legislativo poderá ofertar por meio de sua Escola Legislativo cursos profissionalizantes em geral (ex. Corte de canelo, secretariado, eletricista, tec.) palestra em geral (tema diversos) à comunidade local, que não tratem especificamente do Legislativo;*

M. Lúcia



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO N.º 13.369

d) Se possível, é cabível processo licitatório para contratação de empresa para as realizações dos cursos profissionalizantes em geral, palestras em geral (temas diversos) a comunidade local, que busquem os objetivos buscados com a Escola do Legislativo?

e) Se possível processo de licitação na modalidade inexigibilidade de licitação para contratação de profissional (pessoa física) para realização de cursos e palestras destinados aos objetivos da escola do legislativo;

Conforme consta, os autos foram recebidos em Gabinete, na data de **29.05.17** (fl. 59), onde procedi com o exame de admissibilidade da vertente consulta, dada sua adequação, aos termos do **art. 1º, inciso XVI, da LC n.º 109/2016 c/c art. 298, I a IV, do RITCM-PA.**

Considerando a especificidade jurídica da matéria e a ausência de precedentes neste TCM-PA, submeti, os presentes autos, a competente e necessária apreciação da Diretoria Jurídica desta Corte de Contas, conforme permissivo contido nos termos do **§4º, do art. 300, do RITCM-PA (Ato n.º 19/2017)**, a qual devidamente atendida, nos termos do **Parecer n.º 209/2017-DIRETORIA JURÍDICA/TCM-PA** (fls. 34/51), da lavra do Diretor Jurídico Raphael Maués Oliveira e do Assessor Jurídico, Arthur Braga Costa, o qual antecipadamente destaco, adoto como resposta a vertente consulta, no que, transcrevo:

EMENTA: CONSULTA. CRIAÇÃO DE ESCOLA DO LEGISLATIVO PELA CÂMARA MUNICIPAL DE REDENÇÃO. VINCULAÇÃO DE ATUAÇÃO ÀS COMPETÊNCIAS DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL. REQUISITOS FORMAIS. DELIMITAÇÃO. POSSIBILIDADE.

Tratam os presentes autos de consulta formulada pelo Sr.
LEONARDO PEREIRA DA COSTA, Presidente da Câmara

Handwritten signature



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
RESOLUÇÃO N.º 13.369

Municipal de Redenção, autuada, neste TCM-PA, através do **Processo n.º 201704015-00**, a qual fora encaminhada para esta Diretoria Jurídica, em **25/04/2017**, objetivando a elaboração de prévia manifestação, conforme permissivo contido nos termos dos artigos 298 e seguintes, do RITCM-PA (Ato n.º 18/2017), conforme quesitos enumerados às fls. 01-05, pelo que temos a pontuar e aduzir, nos seguintes termos:

a) A Câmara Municipal, no curso da legislatura, pode criar sua ESCOLA DO LEGISLATIVO por meio de RESOLUÇÃO?

Em resposta ao primeiro quesito, cumpre-nos esclarecer que a criação de Escolas do Legislativo por meio de Resolução, seria um processo extremamente simplificado para criação da mesma, e lhe retiraria qualquer tipo de rigidez para possíveis alterações em suas finalidades.

Não se pretende, desta forma, retirar a autonomia regulatória assegurada ao Poder Legislativo, vinculada à organização administrativa de suas atividades, tal como se assegura à aprovação de seu regimento interno, visto que a iniciativa legal na constituição de tal órgão do legislativo, transpassaria pela iniciativa dos próprios vereadores, porém, através do competente processo legislativo, restaria assegurada maior rigidez na formalização e designação das atividades que lhe seriam próprias.

Neste sentido, buscamos a metodologia de criação de outras "Escolas", no âmbito de Tribunais e nas diversas esferas do Legislativo, restando assentado, em sua maioria, a preferência pela via legislativa, através da edição de Lei, para instituição destas.

Handwritten signature



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO N.º 13.369

Exemplificativamente, podemos observar a instituição da Escola de Contas Públicas "Conselheiro Irawaldyr Rocha", deste TCM-PA, a qual fora criada a partir da iniciativa propositiva desta Corte de Contas, submetida à Assembléia Legislativa do Estado do Pará, onde foi aprovada, através da Lei Estadual n.º 6.504, de 02 de dezembro de 2002, devidamente sancionada pelo Governador do Estado, conforme documento em anexo.

Seguindo a mesma linha constitutiva, no âmbito do Poder Legislativo Municipal, podemos observar, junto às Câmaras de Araraquara (Lei 7.964/2013) e de Taubaté (Lei Complementar N° 244/2011) - conforme leis em anexo - a adoção de Leis Municipais específicas, para instituição das referidas escolas legislativas, atualmente em funcionamento.

Devemos sempre observar que a rigidez a ser adotada no momento da instituição poderá contribuir para que as finalidades da Escola sejam cumpridas, e não venham ser alteradas ou desvirtuadas, com maior facilidade, através de um processo simples de emenda resolutiva.

Pelo acima consignado, entendemos pela preferência legislativa, a quando da constituição da Escola do Legislativo, conforme questionamento suscitado.

b) Se possível, a "escola do legislativo" poderá ter por objetivo a criação de cursos voltados exclusivamente aos seus servidores efetivos e contratados, no âmbito interno de sua competência administrativa, ou poderá também promover curso e palestras perante a comunidade local?

Handwritten signature



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO N.º 13.369

Mediante consulta a **Associação Brasileira das Escolas do Legislativo e de Contas - ABEL**, a mesma, ao dispor acerca de suas atribuições, é taxativa ao dispor que a **"sua finalidade maior é promover o aperfeiçoamento das atividades legislativas através de eventos educativos de formação, capacitação e qualificação de servidores da administração pública"**.

Neste diapasão, temos de ressaltar que a ABEL também lista quais são os objetivos desta, dos quais destacam-se:

1. Promover aperfeiçoamento das atividades legislativas através de eventos educativos de formação, capacitação e qualificação de servidores, e incentivar o intercâmbio de informações de interesse comum;
2. Difundir informações sobre os programas de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidos pelas Escolas do Legislativo;
3. Estimular, divulgar e fortalecer programas de educação para cidadania desenvolvidos pelas escolas, como forma de apoio às comunidades e à sociedade civil;
4. Incentivar e orientar parcerias e programas de racionalização de recursos alocados às Escolas;
5. Apoiar as formas de comunicação entre as Escolas, com eventos periódicos, publicações, listas de discussão, videoconferências, dentre outros meios;

Handwritten signature



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO N.º 13.369

6. Fomentar e apoiar a criação de Escolas nas Casas Legislativas, em níveis estadual e municipal, onde estas ainda não existam;

7. Defender os interesses das Escolas associadas;

8. Apoiar e desenvolver programas para o fortalecimento do Poder Legislativo;

9. Ser Fórum de debates em assuntos de relevância nacional, e de interesses específicos das associadas.

Como pode ser observado, verificamos que, relativamente a capacitação dos servidores do legislativo, não residiria nenhum óbice para tal realização, tal como preconizado pela nomeada Associação, desde que tais cursos, tenham estrita observância com as atividades que são próprias e inerentes ao Poder Legislativo.

Porém, quanto à promoção de cursos e palestras à comunidade local, diante dos objetivos listados pela própria ABEL e observadas as competências constitucionais e legais do Poder Legislativo, entendemos que reside maior cautela, quanto aos seus objetivos, com o escopo de não se deflagrar desvio de finalidade da pretendida Escola do Legislativo.

Há de se ter em foco e, assim, delimitar a esfera de atuação das "escolas do legislativo", que competências estão assentadas às Câmaras Municipais, uma vez que estas vinculam, por consequente, às atribuições da primeira.



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO N.º 13.369

Assim, a delimitação dos cursos disponíveis à sociedade, devem encontrar especial relevância à atuação do Poder Legislativo, na formação da cidadania e fortalecimento do controle social da Administração Pública, restando vedado seu desvirtuamento, para ações outras, mormente quando de caráter profissionalizante, que não se insiram neste espectro de entendimento.

Pelo exposto, não se vislumbra óbice a realização de cursos aos servidores do legislativo e, por conseguinte, à comunidade local, nos termos acima indicados, ponto este que será melhor aferido no item seguinte.

c) A escola do legislativo poderá ofertar por meio de sua "escola do legislativo" cursos profissionalizantes em geral (ex. Corte de cabelo, secretariado, eletricista, etc.), palestras em geral (temas diversos) à comunidade local, que não tratem especificamente do legislativo?

Seguindo a linha de entendimento já traçada no questionamento anterior (item 2), recomendamos que não sejam instituídos/ofertados cursos, com viés que se afaste da específica atividade legislativa, tendo sempre como norte a compreensão das finalidades e competências atribuídas ao Poder Legislativo e, assim, esperados de uma "Escola do Legislativo".

A oferta de tais cursos, as quais inegavelmente consignam a aplicação de recursos públicos, no caso do valor repassado mensalmente pelo Poder Executivo ao Legislativo, sob a forma de duodécimo, poderá, em tese, conduzir o ordenador responsável a ato de improbidade

Handwritten signature



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO N.º 13.369

administrativa, dada o desvio de finalidade em sua aplicação.

Vale assim destacar que, os recursos geridos pelo Poder Legislativo Municipal, possuem vinculação específica para o custeio das despesas que são próprias das Câmaras Municipais, objetivando garantir os meios para persecução de suas finalidades, a exemplo do processo legislativo, defesa dos interesses da população municipal e fiscalização do Poder Executivo, no âmbito de sua jurisdição.

Neste sentido, destacamos que a Lei de Ação Popular (Lei n.º 4.717/1965), em meio ao seu bojo, nos traz uma definição de desvio de finalidade. Vejamos:

Art. 2º São nulos os atos lesivos ao patrimônio das entidades mencionadas no artigo anterior, nos casos de:

Parágrafo único. Para a conceituação dos casos de nulidade observar-se-ão as seguintes normas:
(...)

e) o desvio de finalidade se verifica quando o agente pratica o ato visando a fim diverso daquele previsto, explícita ou implicitamente, na regra de competência.

Como pode ser observado, os atos praticados eivados de desvio de finalidade, são nulos. Desta forma, a tentativa de realização de cursos profissionalizantes para sociedade, por parte da Escola do Legislativo, seria um desvio de finalidade desta, podendo o mesmo ser anulado e, ainda, conduzir a responsabilização do ordenador de despesas que lhe der causa.

Handwritten signature



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO N.º 13.369

Isto porque, não se vislumbra, por maior inflexão ou exercício interpretativo ampliativo, que se possa atribuir ao Poder Legislativo Municipal, competências que alcancem a formação profissionalizante ou formação da população local, em qualquer área de abrangência. O professor Hely Lopes Meirelles¹ ao traçar as suas considerações acerca do tema, tem o seguinte entendimento:

"(...) o fim de todo ato administrativo, discricionário ou não, é o interesse público. O fim do ato administrativo é assegurar a ordem da Administração, que restaria anarquizada e comprometida se o fim fosse privado ou particular (...)"

Diante da análise dos dizeres do mister doutrinador, podemos ver que a finalidade do ato administrativo é de assegurar a ordem da administração, pelo que, dar ares particulares, à atuação da administração, neste caso, do Poder Legislativo, poderia comprometer o seu fim, mormente quanto desempenha atividade que não lhe é própria ou prevista em lei.

Desta forma, entendemos que a oferta de tais cursos profissionalizantes, mormente quando consignado que os mesmos, para além dos enumerados exemplificativamente, não encerram tema com pertinência a atuação legislativa, não deverão ser ofertados através da Escola do Legislativo, tendo em vista que estes cursos não estariam enquadrados na atividade fim de tal Poder Público.

¹ MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito Administrativo Brasileiro*. 33 ed. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 102.

Handwritten signature



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO N.º 13.369

Apenas para maior compreensão e, ainda, de enquadramento do desvio de finalidade da "Escola do Legislativo", que venha a promover tais ações educativas, incorrendo, assim, com desvio de finalidade na aplicação dos recursos públicos geridos pela Câmara Municipal, cabe-nos compreender que tais ações, dentre as quais, **"cursos profissionalizantes em geral (ex. Corte de cabelo, secretariado, eletricista, etc.)"**, podem e devem ser objeto de ação de Secretárias de Assistência e Promoção Social, vinculadas ao Executivo Municipal.

Lado outro, se pensarmos em **"palestras em geral (temas diversos) à comunidade local, que não tratem especificamente do legislativo"**, poderíamos ter como exemplo, apenas de maneira ilustrativa, palestras voltadas à saúde pública, as quais, por sua vez, deveriam ser desenvolvidas, executadas e custeadas, pela respectiva Secretaria Municipal de Saúde, o que incorreria em sobreposição de competências.

Concluimos, portanto, pela impossibilidade de oferta de cursos e treinamentos, mormente a população municipal, que não guardem especial reserva com as ações e competências do Poder Legislativo Municipal.

4. Se possível, é cabível processo licitatório para a contratação de empresa para as realizações dos cursos profissionalizantes em geral, palestras em geral (temas diversos) à comunidade local, que busquem os objetivos buscados com a "escola do legislativo"?

Ratificando o posicionamento já declinados nos itens anteriores, posicionamo-nos de forma contrária a realização de cursos profissionalizantes em geral para comunidade ou de palestras que não guardem especial

Handwritten signature



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
RESOLUÇÃO N.º 13.369

reserva com as ações e competências do Poder Legislativo Municipal.

Não sendo regular o objeto de contratação pretendido, por decorrência lógica, restaria vedada a realização de processo licitatório para o mesmo.

5. Se possível processo de licitação, na modalidade inexigibilidade de licitação, para contratação de profissional (pessoa física) para a realização de cursos e palestras destinados aos objetivos da "escola do legislativo"?

Primeiramente e, assim, garantindo coerência com o acima exposto, em caso de realização de cursos e palestras, que guardem pertinência com as ações delimitadas a uma dita "Escola do Legislativo", o enquadramento da modalidade de contratação deverá atender ao que prescreve a Lei de Licitações (Lei Federal n.º 8.666/93).

Em relação a licitação na modalidade inexigibilidade, não vislumbramos óbice, desde que sejam observados os ditames dispostos na Lei 8.666/93.

Ademais, deverá ser comprovado que somente este profissional é capaz de realizar o serviço a ser ofertado no âmbito da "escola do legislativo", pois desta forma será comprovada a possibilidade da Inexigibilidade.

Outrossim, os cursos ofertados deverão seguir os objetivos da "escola do legislativo", dos quais, exemplificativamente e como paradigma informador, foram citados acima ao analisar os pontos traçados pela ABEL.

Handwritten signature



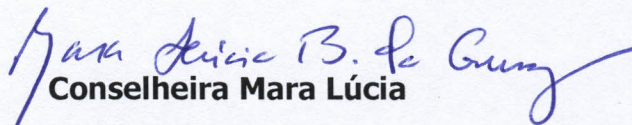
ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
RESOLUÇÃO N.º 13.369

É o relatório.

À Secretaria Geral para inclusão em pauta.

Nos termos do §1º, do artigo 29, do Regimento Interno, encaminhar cópia deste relatório aos senhores Conselheiros e ao Ministério Público, no prazo regimental.

Em 14 de junho de 2017.


Conselheira Mara Lúcia
Relatora



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
RESOLUÇÃO N.º 13.369

VOTO

PRELIMINARMENTE, cumpre analisar da regularidade da presente *Consulta*, a qual se confirma, dado o atendimento das formalidades insculpidas no **artigo 1º, inciso XVI, da LC n.º 109/2016**², tendo sido formulada por autoridade competente (art. 299, inciso II, do RITCM-PA), para além de suscitada, como tese, acerca de tema com inescusável interesse às atividades de controle externo, realizadas por esta Corte de Contas, notadamente, quando busca traçar a preconizada atuação pedagógica, junto aos jurisdicionados, na constitucional aplicação de recursos públicos vinculado, pelo que passo a análise de mérito da mesma, tal como interposta.

NO MÉRITO, conforme já delineado em relatório, acompanha e subscrevo, em sua integralidade, a manifestação trazida aos autos, pela Diretoria Jurídica (fls. 34/51), entendendo, por fim, em sintetizá-la, nos seguintes termos:

1. Cabe inicialmente destacar que a criação, dentro da estrutura orgânica, das Câmaras Municipais, de uma "*Escola do Legislativo*", por meio de Resolução simplificaria demasiadamente o próprio processo de sua instituição, retirando qualquer tipo de rigidez para possíveis alterações em suas finalidades.

Inobstante tal situação, é de se sedimentar, ainda, que tal estrutura e atividades que venham a ser operacionalizadas, importarão em dispêndios diversos, os quais suportados pelo erário municipal, por intermédio dos valores repassados mensalmente à Câmara Municipal, pelo Poder Legislativo, sob a forma de duodécimo, no que implicaria condicionar a regra constitucional, atinente à Administração Pública, de vinculação de despesas à prévia autorização legal.

² XVI - responder à consulta técnica que lhe seja formulada, em tese, por autoridade competente, a respeito de dúvida suscitada na aplicação de dispositivos legais e regulamentares, concernentes à matéria de sua competência, bem como aquelas fundamentadas em caso concreto, nas hipóteses e forma estabelecidas no Regimento Interno;

Handwritten signature



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO N.º 13.369

Entendo, respeitado posicionamento diversos, que não haveria que se falar em retirada da autonomia regulatória administrativa, assegurada ao Poder Legislativo, quando consagrada a preferência, pela via legal autorizativa, por meio da edição de Lei Específica, para a instituição de tal instituto, mormente quando verificado os precedentes citados, pela Diretoria Jurídica, por ocasião da criação de Escolas do Legislativo, em outros municípios e, ainda, neste Tribunal de Contas.

2. Quanto ao questionamento suscitado, pelo Consulente, relativamente à capacitação dos servidores do Legislativo, não existe nenhum impedimento para tal atividade, desde que tais cursos tenham estrita observância com as atividades que são inerentes ao Poder Legislativo.

Complementarmente, entendo, com base na realidade vivenciada neste mesmo Plenário, por ocasião do julgamento processos de relativos à cadastramento de leis e demais atos normativos, exarados pelas Câmaras Municipais, que a medida é relevante e urgente, mormente quanto falhas na instrução dos processos ou, ainda, na elaboração dos citados atos, conduzem a negativa de cadastramento e eventuais repercussões, sensivelmente gravosas, no bojo de prestação de contas.

Lado outro, quanto à promoção de cursos e palestras à comunidade local, mister se faz a observância, ainda mais rigorosa, dos mesmos, com o escopo de se evitar o desvio de finalidade da pretendida *Escola do Legislativo*, a qual, repita-se, deverá estar vinculada e delimitada, junto à esfera de atuação e competências atribuídas às Câmaras Municipais, isto porque, a atuação da primeira, não pode se dissociar da segunda, mormente quando considerada a origem/fonte dos recursos, que custearão tais atividades.

Neste sentido, acompanhando o balizado posicionamento firmado pela Diretoria Jurídica, entendo por não consignar óbice, a realização de cursos aos

Handwritten signature



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO N.º 13.369

servidores do Legislativo e a comunidade local, desde que observado os requisitos finalísticos, acima indicados.

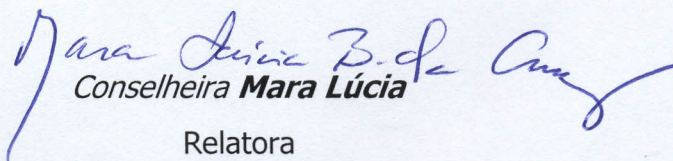
3. Outrossim, quanto ao terceiro e quarto pontos suscitados, entendo pela vedação, *a priori*, da oferta e realização de cursos, com viés que se distancie da específica atividade legislativa, visando a compreensão das finalidades e competências atribuídas ao Poder Legislativo.

Tal posição é ainda mais necessária, quanto exemplificado, pelo consulente, os pretendidos cursos profissionalizantes em geral, para a comunidade ou de palestras que não guardem especial reserva com as ações de competências do Poder Legislativo Municipal, gerando, conseqüentemente, sua vedação e, por conseguinte, afastada a hipótese de contratação, ainda que sob a via licitatória ordinária, de profissionais ou empresas, para tal fim.

4. Quanto ao último questionamento formulado, em relação a contratação de profissionais especializados para a realização de tais cursos de capacitação ou palestras, pela via de inexigibilidade de licitação, não vislumbro óbice, desde que sejam observados os ditames dispostos na Lei Federal n.º 8.666/93, para além de atento, o consignado Poder Legislativo, nos objetos e objetivos, pretendidos, em tal atividade pedagógica, tal como acima delineado.

Esta é a resposta à consulta formulada, que submeto à deliberação do Egrégio Plenário.-

Sala das Sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, **em 06 de julho de 2017.**


Conselheira **Mara Lúcia**
Relatora